

**HABEAS CORPUS Nº 570.188 - AM (2020/0078514-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : HELENA DE OLIVEIRA GALVAO  
**ADVOGADO** : HELENA DE OLIVEIRA GALVAO - AM002753  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
**PACIENTE** : ERICK PINTO PERRONE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ERICK PINTO PERRONE, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 4001772-44.2020.8.04.0000, manteve a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade.

Consta dos autos a prisão em flagrante do paciente, em 26/02/2020, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática - em concurso material heterogêneo - dos delitos capitulados no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, e nos arts. 12 e 16, ambos da Lei n. 10.826/03.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação cautelar em exame, oriunda de flagrante forjado, ainda que o paciente tenha autorizado "a entrada dos Policiais em sua residência" (fl. 4), sendo este primário, sem antecedentes e possuidor de residência fixa, além de não estar alicerçada em fatos contemporâneos e exceder a razoável duração do processo, não preenche - como *ultima ratio* - os requisitos autorizadores do cárcere processual guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º, 312 e 315, todos do CPP, estando, ainda, em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pelo relaxamento da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura ou, residualmente, por sua revogação, sendo-lhe concedida a liberdade provisória mediante a cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, nos moldes do art. 319 do CPP, ainda que mediante monitoramento eletrônico, na forma do art. 146-B da LEP.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente